

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Unidade jurisdicionada: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb

Natureza jurídica: Fundação

Exercício da Prestação de Contas: 2016

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	6
1.1 Identificação.....	6
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	6
1.3 Informações gerais.....	6
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	10
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	10
3 ÁREA OPERACIONAL.....	13
3.1 Avaliação de resultados.....	13
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	22
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	22
4.2 Área patrimonial.....	25
5 ÁREA DE PESSOAL.....	27
6 CONTROLE INTERNO.....	29
7 CONTROLE EXTERNO.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GCC	Gestão de Contas de Consumo Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAF	Diretoria Administrativa e Financeira
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
LOA	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PAOE	Projeto/ Atividade/ Operações Especiais
PPA	Plano Plurianual
PPSUS	Programa Pesquisa para Sistema Único de Saúde
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SIAP	Sistema de Administração de Patrimônio
SICONV	Sistemas de Convênios
SIGA	Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa
SIMPAS	Sistema Integrado de Material Patrimônio e Serviços
SIP	Sistema de Protocolo
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SISCT	Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	10
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	10
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	11
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	11
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	11
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	11
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	12
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	12
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	23
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	23
TABELA 11	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	24
TABELA 12	Convênios de captação	24
TABELA 13	Convênios de repasse.....	24
TABELA 14	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	25
TABELA 15	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	25
TABELA 16	Pessoal por natureza da vinculação.....	27
TABELA 17	Cargos comissionados.....	28
TABELA 18	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	6
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	8
QUADRO 3	Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ.....	15
QUADRO 4	Programas não prioritários de governo sob responsabilidade da UJ.....	15
QUADRO 5	Evolução anual dos indicadores dos programas.....	16
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa.....	17
QUADRO 7	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa.....	19
QUADRO 8	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	25
QUADRO 9	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	25
QUADRO 10	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	26
QUADRO 11	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	26
QUADRO 12	Movimentação de pessoal no exercício.....	28
QUADRO 13	Trabalhos de auditoria/inspeção realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	31
QUADRO 14	Acompanhamento das determinações/recomendações exaradas pelo TCE/BA.....	32
QUADRO 15	Outras auditorias realizadas.....	33

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/Fapesb

Poder: Executivo

CNPJ: 04.902.299/0001-20

Vinculação: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação/SECTI

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Eduardo Santana de Almeida

Período de gestão: 13/03/2015 até a presente data.

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo e legislação

A FAPESB tem por objetivo a formação e qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação e a manutenção de pesquisa no estado da Bahia.

A Fundação foi criada através da Lei nº. 7.888 de 27 de agosto de 2001 e alterada pela Lei nº. 10.216 de 26 de junho de 2006.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
Resolução nº 001/2009	Resolução de doação e cessão dos bens adquiridos através de projetos fomentados.
Lei nº. 11.174/2008 e Lei Federal nº. 10.973/2004	Dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo e dá outras providências.
Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016,	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação

Fonte: Portal Fapesb

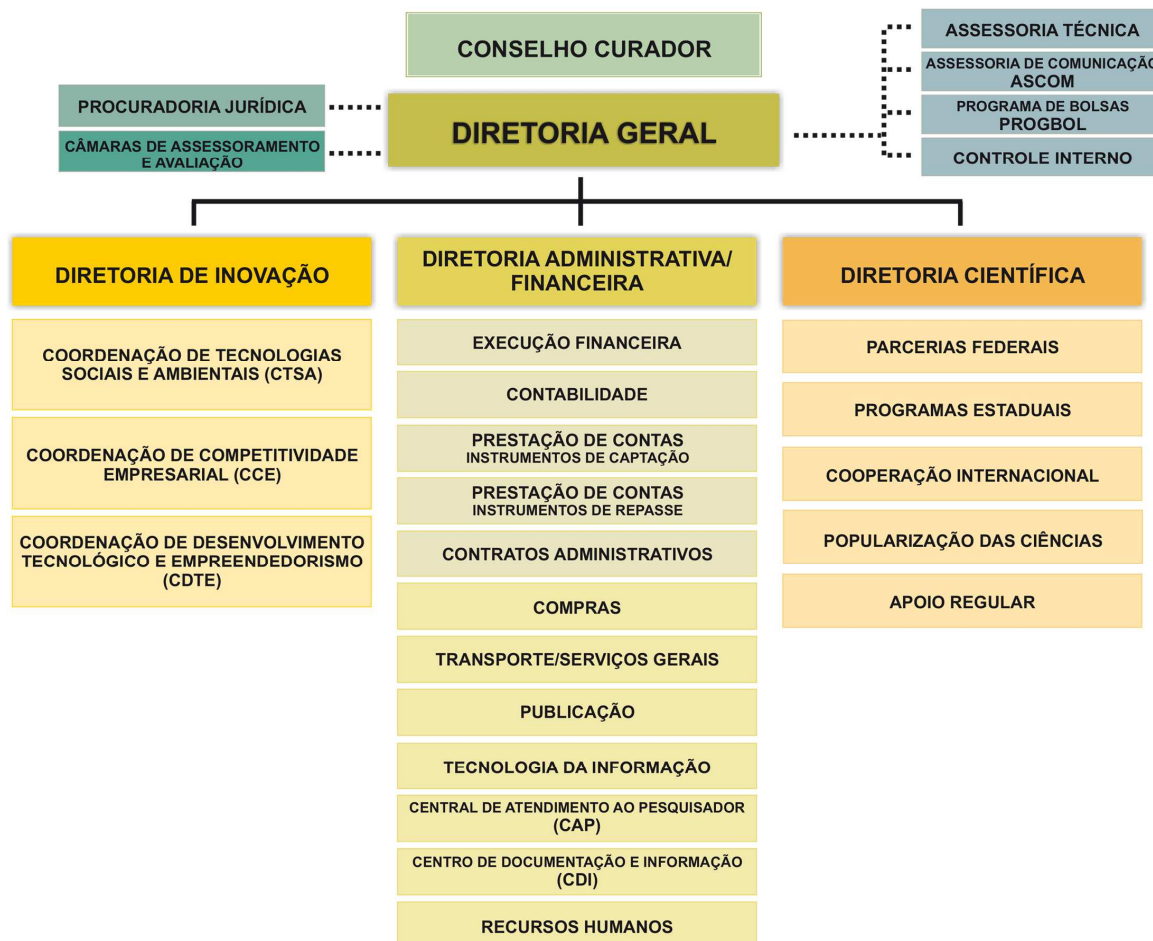
1.3.2 Estrutura organizacional - Organograma funcional

Organograma Oficial



Organograma Atual

A Fundação foi criada em 2001 e, ao longo do tempo, ocorreram diversas alterações em sua estrutura organizacional. É projeto dessa Gestão, reescrever o Regimento Interno da Fapesb.



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
Conselho Curador	Órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior da Fapesb.	Aprovar e formular as políticas, critérios e normas que orientam a concessão de apoio técnico e financeiro; aprovar o relatório de gestão, inclusive a prestação de contas, os demonstrativos contábil, financeiro e patrimonial e dos relatórios de atividades anuais, com vistas à verificação de resultados; acompanhar e avaliar o desempenho da Fundação.
Procuradoria Jurídica	Exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídico da Fapesb, mediante vinculação técnica à Procuradoria Geral do Estado.	Promover a defesa da Fapesb, em qualquer instância, em processo no qual a mesma for autora, ré ou terceira interveniente; pronunciar-se sobre os assuntos de natureza jurídica ou administrativa, emitindo parecer; recomendar ao Diretor Geral as providências de natureza jurídica necessárias à aplicação das leis; colaborar na elaboração e analisar minutas de portarias, resoluções, contratos, convênios, acordos, normas técnicas, exposições de motivos, memoriais e outros documentos que envolvam matérias jurídicas; analisar as minutas dos editais de licitações, nacionais e estrangeiras, e pronunciar-se quanto ao seu aspecto legal e institucional.
Controle Interno	Assessorar a Diretoria Geral na tomada de decisões.	Coordenar, acompanhar e fazer cumprir a apresentação das prestações de contas; assegurar a validade e integridade dos informes e pareceres financeiros das prestações de contas; orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios; avaliar as prestações de contas relativas à aplicação de recursos concedidos pela Fapesb; elaborar parecer sobre a regularidade das prestações de contas dos recursos concedidos pela Fapesb; analisar financeiramente os pedidos de aditamento de prazo e remanejamento de recurso.
Diretoria Geral	Dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da Fapesb.	Representar a Fapesb, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, inclusive, celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes e outros instrumentos legais; firmar termos de concessão de auxílios; expedir os atos administrativos de competência da Fapesb; remeter ao TCE a prestação de contas da Fapesb, referente ao exercício anterior; submeter ao Conselho Curador os relatórios de atividades da Fapesb; autorizar a abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, sempre com a assinatura conjunta do Diretor Administrativo-Financeiro; assinar e endossar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, duplicatas, notas promissórias e outros títulos de créditos; constituir comissões, grupos de trabalho, aprovar editais e resultados de licitações; praticar atos de gestão de recursos humanos, nomear, exonerar, promover e praticar atos correlatos; promover e controlar a aplicação de recursos destinados às atividades da Fapesb; homologar e dispensar licitações.
Assessoria Técnica	Desempenhar atividades de planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, modernização administrativa e avaliação institucional.	Assessorar a formulação de políticas, diretrizes e definição de prioridades; coordenar a elaboração do plano de trabalho; assessorar o Diretor Geral na formulação dos planos, programas e projetos e na formulação, celebração e acompanhamento de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; consolidar as informações fornecidas pelos órgãos que integram a Fapesb, para elaboração dos relatórios de atividades; elaborar, em articulação com a Diretoria Administrativo-Financeira - DAF, as propostas orçamentárias da Fapesb; acompanhar e avaliar os planos, programas, projetos e atividades em execução; promover a identificação de agências e fontes de financiamento para captação de recursos financeiros destinados à implantação de programas e projetos da Fapesb, em articulação com a DAF; acompanhar, em articulação com a DAF, a prestação de contas relativas a convênios, acordos e contratos celebrados; desenvolver, coordenar, implantar e acompanhar, em articulação com a DAF, ações que promovam a modernização de sistemas administrativos, normatização, reestruturação organizacional e avaliação institucional.

Continua Quadro 2

<p>Diretoria Científica</p>	<p>Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à ciência da Fapesb.</p>	<p>Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à ciência da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre ciência; elaborar relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral a criação de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas e apresentar sugestões de nomes de especialistas para a sua composição; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.</p>
<p>Diretoria de Inovação</p>	<p>Coordena, supervisiona, executa, controla e avalia as atividades de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb.</p>	<p>Propor à Diretoria Geral políticas, diretrizes, estratégias, normas e procedimentos, no seu campo de atuação; implementar a política de fomento à tecnologia e inovação da Fapesb; acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela Fapesb; realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da Fapesb; desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre tecnologia e inovação; elaborar e participar de relatórios das atividades técnico-científicas da Fapesb; articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando ao desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência; propor à Diretoria Geral sugestões de nomes de especialistas de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Científico-Tecnológicas; exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Geral.</p>
<p>Diretoria Administrativa Financeira</p>	<p>Executa as atividades de administração geral, orçamentária, financeira e contábil da Fapesb.</p>	<p>Executar e controlar as atividades de administração de pessoal da Fapesb; preparar o expediente necessário à aquisição de bens, de acordo com a legislação pertinente; zelar pela guarda do material armazenado; encaminhar à Coordenação Financeira as aquisições, autorizações de fornecimento e notas fiscais dos materiais adquiridos; efetuar o controle físico-financeiro do material estocado; elaborar balancetes mensais e inventário anual de material; promover o cadastramento e tombamento dos bens móveis e imóveis, inspecionando as condições e uso, bem como o controle de sua utilização; executar e controlar os serviços de expedição, recebimento, distribuição e tramitação de documentos; supervisionar os serviços de portaria, telefonia, refeitório dos servidores, copa, zeladoria, vigilância, limpeza, manutenção e conservação do prédio; organizar e manter atualizado o cadastro dos veículos e equipamentos da Fapesb; programar, fiscalizar e controlar a utilização, movimentação, manutenção, recolhimento e regularização dos veículos; adquirir, registrar, classificar, catalogar e conservar o acervo bibliográfico e documental de interesse da Fapesb; desenvolver e implantar, em articulação com a Assessoria Técnica, ações que promovam a racionalização de práticas e sistemas administrativos, normatização e reestruturação organizacional e avaliação institucional; efetuar a classificação dos documentos contábeis, de acordo com o Plano de Contas; efetuar o acompanhamento, o registro analítico e a conciliação mensal das contas bancárias; executar a escrituração contábil da Fapesb e proceder à contabilização orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar balancetes e balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como demonstrativos contábeis, necessários à prestação de contas da Fapesb; proceder ao controle contábil dos depósitos, cauções, fianças bancárias e de qualquer outro ingresso; efetuar a liquidação da despesa e os respectivos registros contábeis; acompanhar e controlar a execução financeira do orçamento da Fapesb; acompanhar a execução de convênios, acordos, contratos e aditivos, mediante relatórios mensais da posição financeira e dos registros orçamentários de cada um; orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios; administrar e controlar a atuação da Ouvidoria da Fapesb; propor, organizar e administrar métodos de melhoria contínua da Comunicação Interna.</p>

Fonte: Resolução n°. 01/2006, aprovada pelo Decreto n°. 10.065 de 01/08/2006.

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

O orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, deve corresponder, por força de lei, à 1% (um por cento) da Receita Tributária Líquida do Estado. Este orçamento foi aprovado, para o ano de 2016, através da LOA - Lei do Orçamento Anual, decreto nº 13.470, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 12/01/2016, perfazendo um total inicial de R\$ 121.591.359,00, do qual foi contingenciado/anulado um valor de R\$ 41.771.274,00, totalizando um orçamento final de R\$ 79.820.085,00 para o ano de 2016.

A Fundação aportou, no programa 201 - Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento, R\$ 61.187.164,00, dos quais foram executados R\$ 50.328.919,69. Do orçamento deste Programa, R\$ 42.092.728,00 foram direcionados para o Apoio à Formação e à Capacitação na Área de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsas de CT&I).

Para manutenção operacional da Fundação, executamos um valor de R\$ 2.211.624,16 em custeio (pagamento de avaliadores de projetos e relatórios técnicos, impostos, suprimentos, água, luz, telefone etc) e R\$ 4.015.633,23 para o pagamento de pessoal.

TABELA 1 – Execução da receita (Não se aplica)

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
Total				

Fonte:

TABELA 2 – Execução da despesa da UJ por Unidade Orçamentária (UO)

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Concedidas
Código	Descrição	Inicial	Atual				
28201	FAPESB	121.591.359,00	79.820.085,00	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97	375.212,34
Total		121.591.359,00	79.820.085,00	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97	375.212,34

Fonte:Fiplan\Plan 60

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$ 1,00

Função		Orçamento		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
10	Saúde	53.000,00	43.000,00	40.447,40	40.447,40	40.447,40
19	Ciência e Tecnologia	121.538.359,00	78.523.285,00	61.985.571,29	61.983.454,33	61.839.022,33
28	Encargos Especiais	0,00	1.253.800,00	1.253.799,24	1.253.799,24	1.253.799,24
Total		121.591.359,00	79.820.085,00	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97

Fonte: Fiplan/Plan 28

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$ 1,00

Programa		Orçamento		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
201	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	98.894.359,00	61.187.164,00	50.328.919,69	50.328.919,69	50.245.648,69
203	Desenvolvimento Produtivo	14.500.000,00	9.480.328,00	4.058.870,91	4.058.870,91	4.057.400,91
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	8.197.000,00	7.898.793,00	7.638.228,09	7.636.111,13	7.576.420,13
900	Operação Especial	0,00	1.253.800,00	1.253.799,24	1.253.799,24	1.253.799,24
Total		121.591.359,00	79.820.085,00	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97

Fonte: Fiplan/Plan 28

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$ 1,00

Categoria Econômica/Grupo da Despesa		Orçamento		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
1	Pessoal e Encargos Sociais	5.111.000,00	4.390.885,00	4.355.466,58	4.355.466,58	4.297.841,22
3	Outras Despesas Correntes	90.071.359,00	70.103.315,00	57.715.834,72	57.713.717,76	57.626.911,12
4	Investimento	26.409.000,00	5.325.885,00	1.208.516,63	1.208.516,63	1.208.516,63
Total		121.591.359,00	79.820.085,00	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97

Fonte: Fiplan/Plan 28

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$ 1,00

Elemento de Despesa		Orçamento		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
04	Contratação por Tempo Determinado - Pessoal Civil	357.000,00	56.000,00	54.282,03	54.282,03	53.408,52
05	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00
08	Outros Benefícios Assistenciais	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.541.000,00	3.336.000,00	3.332.464,83	3.332.464,83	3.306.248,40
13	Obrigações Patronais	748.000,00	603.800,00	601.906,86	601.906,86	571.371,44
14	Diárias - Pessoal Civil	24.000,00	37.458,99	19.637,52	19.637,52	19.637,52
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	84.000,00	29.000,00	26.979,51	26.979,51	26.979,51
18	Auxílio Financeiro a Estudante	44.144.000,00	37.743.919,38	37.732.902,42	37.732.902,42	37.732.902,42
20	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	41.674.359,00	22.226.748,67	11.628.158,48	11.628.158,48	11.556.753,48
30	Material de Consumo	54.000,00	91.950,01	68.458,22	66.341,26	66.341,26
31	Premiações Culturais Artísticas e Científicas	0,00	235.000,00	235.000,00	235.000,00	235.000,00
33	Passagens e Despesas com Locomoção	48.000,00	299.741,00	275.502,97	275.502,97	275.502,97
35	Serviços de Consultoria	48.000,00	319.500,00	319.300,00	319.300,00	314.688,00
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.000,00	284.933,70	167.453,70	167.453,70	167.453,70
37	Locação de Mão-de-Obra	1.150.000,00	1.130.750,00	1.130.700,69	1.130.700,69	1.130.700,69
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.375.000,00	2.005.718,19	1.468.052,29	1.468.052,29	1.466.490,65
41	Contribuições	2.009.000,00	127.901,00	125.282,40	125.282,40	125.282,40
42	Auxílios	9.360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Subvenções Econômicas	11.700.000,00	7.861.765,00	2.885.943,52	2.885.943,52	2.885.943,52
46	Auxílio Alimentação	120.000,00	120.000,00	83.982,26	83.982,26	83.982,26
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	168.417,00	168.416,33	168.416,33	168.416,33
48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0,00	995.553,00	995.492,03	995.492,03	987.992,03
49	Auxílio Transporte	96.000,00	96.000,00	57.598,36	57.598,36	57.598,36
52	Equipamentos e Material Permanente	4.650.000,00	132.885,00	11.544,79	11.544,79	11.544,79
91	Cumprimento de Sentença Judiciária	0,00	10.666,00	10.665,93	10.665,93	10.665,93
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	366.668,76	366.667,38	366.667,38	364.939,38
93	Indenizações e Restituições	0,00	1.246.004,30	1.245.970,61	1.245.970,61	1.245.970,61
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	360.000,00	272.705,00	267.454,80	267.454,80	267.454,80
Total		121.591.359,00	79.820.085,00	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97

Fonte: Fiplan/Plan 28

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$ 1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralizações Recebidas
Código	Descrição				
0000	FAPESB	0,00	0,00	0,00	0,00
0001	FAPESB EXECUTORA	63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97	0,00
Total		63.279.817,93	63.277.700,97	63.133.268,97	0,00

Fonte: Fiplan/Plan 60

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$ 1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			Total
Código	Descrição	Despesas de Exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	
0001	FAPESB EXECUTORA	364.939,38	0,00	0,00	364.939,38
Total		364.939,38	0,00	0,00	364.939,38

Fonte: Fiplan/Plan 60

Notas:⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3 ÁREA OPERACIONAL

3.1 Avaliação dos resultados

Em 2016, a Fapesb buscou contribuir de forma significativa com ações estratégicas para o estado, que incluem o fomento aos cursos de pós-graduação; o fortalecimento dos acordos de cooperação internacional; o fomento à pesquisa e inovação; e o aumento da eficiência na condução dos processos administrativos da Fundação. Além disso, trabalhou arduamente na implementação de processos de tomada de decisão pautados em dados, considerando os diferentes atores envolvidos, e na utilização racional dos recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros disponíveis, visando alcançar melhores resultados quantitativos e qualitativos no desempenho das suas funções.

Atendendo aos princípios da eficiência e da economicidade, todos os resultados quanto à atividade-fim da Fapesb foram obtidos com o mínimo de dispêndio em custos operacionais, o que pode ser considerado uma das garantias de sucesso no cumprimento de sua função.

Dentro dos seus Programas e Linhas de Ação, a Fundação apoia pesquisas em todas as áreas do conhecimento e projetos em áreas cruciais para o estado como educação, saúde e segurança pública, e, neste exercício, em pesquisa para combate à tríplice epidemia de arboviroses (Zika, Chikungunya e Dengue), de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas em CT&I para a Bahia, por meio de editais e chamadas públicas.

Além disso, a aplicação dos recursos destinados ao fomento obedece rigorosamente ao princípio da economicidade. Na concessão dos apoios, são realizados cortes orçamentários nos projetos aprovados, e para execução dos recursos recebidos pelo beneficiário do projeto são solicitadas cotações buscando o menor preço, em obediência à Lei nº. 8.666/93, de forma a minimizar custos e maximizar resultados.

A Fapesb, em 2016, atuou de forma preventiva e didática, realizando reuniões de conscientização com os seus colaboradores e pesquisadores beneficiados, visando aumentar a eficiência e o controle na aplicação dos recursos, através dos instrumentos legais firmados.

O Sistema de Informação Gerencial utilizado atualmente pela Fapesb é o SIGA, plataforma implantada em 2004, a partir da migração de dados da Plataforma Lazarus. A Fapesb passou, nos últimos anos, por um processo rápido de expansão, tendo aumentado significativamente o número de apoios concedidos através dos seus principais Programas de Fomento, a exemplo do Programa de Bolsas. Mas, infelizmente, o SIGA não acompanhou este processo. Por se tratar de um sistema que utiliza a ferramenta *WI*, a plataforma encontra-se defasada e ultrapassada, a modelagem da base de dados é limitada, dificultando a sua manutenção pela equipe de Tecnologia da Informação.

A equipe de Tecnologia da Informação foi reorganizada e optou-se pela criação de um projeto próprio, que não implicasse em custos adicionais. Está sendo criada a Plataforma Roberto Santos, uma ferramenta de gestão da informação a partir de uma metodologia colaborativa, com a participação de técnicos e gestores das mais diversas áreas da Fundação, com o objetivo de atender a todas as demandas atuais no que diz respeito ao gerenciamento dos editais e chamadas públicas, inclusive na criação de indicadores de acompanhamento e análise de resultados dos programas e editais realizados.

Neste exercício, com vistas ao atendimento do princípio da transparência e à Lei de Acesso à Informação, a Fapesb criou, em seu Portal, o item de menu “Transparência”, com informações sobre orçamento, instrumentos vigentes, relatórios de gestão e de atividades, além do observatório de bolsas e do sistema de bolsas, dentre outras. O Observatório de Bolsas é uma plataforma que fornece dados referentes às bolsas apoiadas pela Fapesb, tais como investimentos e número de bolsas concedidas. Enquanto, o Sistema de Bolsas permite ao público ter acesso ao perfil dos bolsistas, utilizando filtros como município, modalidade de bolsa, instituição e área do conhecimento.

A importância da Fapesb para o desenvolvimento científico e tecnológico do estado pode ser percebida através:

- do aumento do número de laboratórios nas universidades e centros de pesquisa baianos, tanto na capital quanto no interior, graças ao trabalho de interiorização que a Fundação vem realizando;
- do crescimento do número de mestres e doutores no estado;
- do aumento da nota de avaliação da Capes para os Programas de Pós-Graduação stricto sensu baianos;
- do crescimento do número de Programas de Pós-Graduação na Bahia;
- da participação de pesquisadores baianos em eventos nacionais e internacionais para apresentação de trabalhos científicos e tecnológicos;
- do incremento do número de eventos científicos, tecnológicos, de inovação e de empreendedorismo realizados na Bahia.

Em atendimento ao princípio da eficácia, todas as metas dos compromissos assumidos no PPA 2016-2019 são monitoradas e a execução física das ações orçamentárias acompanhadas e alimentadas pela Assessoria Técnica da Fundação no Módulo de Monitoramento e Avaliação do Fiplan.

O exercício de 2016 foi marcado por um período de grande recessão econômica e de cortes orçamentários e no repasse de recursos, o que impactou bastante o pagamento de projetos aprovados em Editais e Chamadas Públicas.

Conforme se depreende da análise do Quadro 6, a evolução da entrega do produto está adequada à evolução da meta apurada, salvo para a meta 1 (um) do compromisso 3 (três) do Programa 201. O não cumprimento desta meta se deve ao fato da Fundação ter sofrido corte orçamentário que inviabilizou o lançamento de

edital específico para fomento ao desenvolvimento de projetos de tecnologias sociais e ambientais. Apesar do cumprimento da meta física, a maioria dos projetos contratados em 2016 não recebeu repasse de recursos e são oriundos de editais lançados em exercícios anteriores.

Pela análise do Quadro 7, das sete ações orçamentárias vinculadas à Fapesb, seis tiveram suas metas físicas iniciais superadas e uma ação (PAOE 5330) teve a sua meta totalmente descontinuada por falta de recursos para lançamento de edital. Salienta-se, mais uma vez, que apesar do cumprimento da meta física, a maioria dos projetos contratados em 2016 não recebeu repasse de recursos.

QUADRO 3 – Programas prioritários de governo sob responsabilidade da UJ

Programa	
Código	Descrição
201	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento

Fonte: LDO 2016 (anexo/volume 1)

QUADRO 4 – Programas não prioritários de governo considerados relevantes pela UJ

Programa	
Código	Descrição
203	Desenvolvimento Produtivo

Fonte: LDO 2016

QUADRO 5 – Evolução anual dos indicadores dos programas⁽¹⁾ (Não se aplica)⁽²⁾

Indicador	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado (PPA 2016-2019)
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa								
Programa								

Fonte:

Notas:

(1) Devem constar nesse quadro os indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA) e demais indicadores criados e utilizados.

(2) Não existem indicadores sob a responsabilidade da FAPESB. No PPA 2016-2019 todos os indicadores foram definidos pela Assessoria de Planejamento e Gestão/SECTI e estão sob a responsabilidade da Secretaria.

QUADRO 6 – Evolução das metas dos compromissos/programa

Programa: 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento											
Compromisso: 1 - Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, para a consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas											
Meta: 1 - Fomentar projetos em CT&I											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
99 - Estado	un	150	246	150		150		150		600	246
Compromisso: 2 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, através do apoio à formação e à capacitação de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Estado.											
Meta: 1 - Conceder bolsas para a formação e a capacitação em CT&I											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
99 - Estado	un	2000	2476	2000		2000		2000		8000	2476
Meta: 5 - Fomentar a disseminação do conhecimento em CT&I											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
99 - Estado	un	100	115	100		100		100		400	115
Compromisso: 3 - Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais e ações que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais.											
Meta: 1 - Fomentar o desenvolvimento de projetos de tecnologias sociais e ambientais											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
99 - Estado	un	10	0	10		10		10		40	0

Continua Quadro 6

Programa: 203 – Desenvolvimento Produtivo											
Compromisso: 3 - Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para melhorar a competitividade empresarial, de acordo com as vocações econômicas e as identidades territoriais do Estado.											
Meta: 1 - Fomentar a competitividade empresarial e projetos voltados ao empreendedorismo de base tecnológica											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
99 - Estado	un	30	53	30		30		30		120	53

Fonte: RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016-2019 - ANO I 2016/FIPLAN

Notas:

(1) A regionalização corresponde a área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

(2) As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ.

QUADRO 7 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações/programa

Unidade Orçamentária (UO): 28201										
Programa: 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento										
Compromisso: 1 - Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, para a consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas										
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 4 – Diretoria Científica										
Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual⁽²⁾	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5416 - Apoio a Projeto de Infraestrutura de Pesquisa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação	2177 - Projeto de infraestrutura em CT&I apoiado	un	30	36	0	35	23.186.000,00	11.944.078,00	2.139.000,19	2.133.540,19
Iniciativa: 1 - Fomentar projetos de infraestrutura para a pesquisa										
5373 - Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação	2178 - Projeto de pesquisa em CT&I apoiado	un	60	179	0	176	25.208.359,00	4.726.764,00	4.240.705,30	4.240.705,30
Iniciativa: 2 - Fomentar projetos de pesquisa em CT&I.										
5681 - Fomento à Cooperação Internacional na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	1771 - Cooperação internacional em CT&I fomentada	un	10	36	0	35	3.000.000,00	669.191,00	559.089,86	487.150,86
Iniciativa: 3 - Fomentar a cooperação internacional.										

Compromisso: 2 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, através do apoio à formação e à capacitação de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Estado.

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 1 – Diretoria Geral

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5418 - Apoio à Formação na Área de Ciência, Tecnologia e de Inovação	0534 - Bolsa de CT&I concedida	un	2000	2476	0	2476	43.000.000,00	42.092.728,00	42.089.226,98	42.089.226,98

Iniciativa: 1 - Conceder bolsas para a formação e a capacitação em CT&I.

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 4 – Diretoria Científica

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5682 - Apoio à Disseminação do Conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação	2179 - Apoio em CT&I realizado	un	100	115	0	115	3.000.000,00	1.543.900,00	1.300.906,92	1.300.906,92

Iniciativa: 5 - Fomentar a disseminação do conhecimento em CT&I.

Compromisso: 3 - Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais e ações que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais.

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 5 – Diretoria de Inovação

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual ⁽³⁾	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5330 - Apoio a Projeto de Inovação de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	0931 - Projeto de CT&I apoiado	un	10	10	0	0	1.500.000,00	210.503,00	210.502,40	210.502,40

Iniciativa: 1 - Fomentar o desenvolvimento de projetos de tecnologias sociais e ambientais.

Programa: 203 – Desenvolvimento Produtivo**Compromisso: 3 - Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para melhorar a competitividade****Unidade Setorial de Planejamento (USP): 5 – Diretoria de Inovação**

Execução Física							Execução Orçamentária/Financeira			
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)
5420 - Apoio a Projeto de Inovação de Competitividade Empresarial	2273 - Projeto de CT&I empresarial apoiado	un	30	53	0	53	14.500.000,00	9.480.328,00	4.125.516,64	4.124.046,64

Iniciativa: 1 - Fomentar a competitividade empresarial e projetos voltados ao empreendedorismo de base tecnológica.

Fonte: Fiplan/Relatório M&A011

Nota:

⁽¹⁾ Para cada ação orçamentária descrita deverá ser informado no campo apropriado, a(s) iniciativa a(s) a ela relacionada(s).⁽²⁾ Algumas ações orçamentárias tiveram meta descontinuada em razão de projetos aprovados em editais não terem sido contratados conforme previsto: PAOE 5416 (01), PAOE 5373 (03) e PAOE 5681 (01).⁽³⁾ A meta da PAOE 5330 foi totalmente descontinuada por falta de orçamento para o lançamento de edital.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

Neste exercício, foram lançados 14 editais no valor de R\$ 29.515.000,00, sendo R\$ 15.515.000,00 oriundos do Tesouro do Estado e R\$ 14.000.000,00 do Governo Federal. Estes editais são definidos a partir da escuta das demandas da Comunidade de CT&I, das Câmaras de Assessoramento e Avaliação da Fundação e do Governo.

O exercício de 2016 foi marcado por um período de grande recessão econômica e de cortes orçamentários e no repasse de recursos, o que impactou bastante o lançamento de importantes editais destinados ao fomento de projetos de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado e inviabilizou o pagamento de projetos aprovados em Editais e Chamadas Públicas tanto deste exercício, como de exercícios anteriores. Salienta-se que a Fapesb não está recebendo o repasse de 1% (um por cento) da receita tributária líquida conforme previsto no dispositivo legal de criação da Fundação. O impacto desse contingenciamento de recursos tem inviabilizado a concretização de importantes pesquisas que visam melhorar a condição de vida da sociedade baiana.

Dessa forma, observamos também uma redução na quantidade de convênios de captação de recursos. Em 2016, apenas dois convênios firmados, um no valor de R\$ 7.000.000,00 com o CNPq para implementação do PPSUS/BA e outro de R\$ 107.500,00 com o MCTI.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico	02		02	02	R\$ 284.468,80
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾	14	01	13	14	R\$ 29.515.000,00
Subtotal	16	01	15	16	R\$ 29.799.468,80
Contratação direta					
Dispensa	80		80	80	R\$ 186.045,79
Inexigibilidade	171		171	171	R\$ 319.009,11
Outros ⁽⁵⁾	414		414	414	R\$ 24.838.737,21
Subtotal	251		251	251	R\$ 505.054,90
Total	916		916	916	R\$ 25.848.847,01

Fonte: SIMPAS, FIPLAN

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.⁽⁴⁾ Editais lançados em 2016.⁽⁵⁾ Projetos contratados em 2016 através de editais lançados em 2016 e em exercícios anteriores.**TABELA 10 – Contratos firmados no exercício**

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado
Contratos	3	313.673,40	61.954,77
Contratos de gestão	0	0	0
Total	3	313.673,40	61.954,77

Fonte: DAF/Fapesb

TABELA 11 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	17	2.602.630,14	2.224.578,11	5.557.069,39
Contratos de gestão	4	512.839,59	293.137,91	1.309.126,54
Total	21	3.115.469,73	2.517.716,02	6.866.195,93

Fonte: DAF/Fapesb

TABELA 12 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	02	09	01	81.162.000,00	0,00	59.287.019,44
Outros Ajustes (5)	00	03	01	37.500.000,00	0,00	33.000.000,00
Total	02	12	02	118.662.000,00	0,00	92.287.019,44

Fonte: SICONV, FIPLAN e Instrumentos Legais

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 13 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado Atualizado (R\$)(4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)		No exercício	Acumulado
Convênios (5)	1	62	32	19.984.915,41	420.212,34	2.288.884,42
Termos de Outorga - Bolsa	2485	626	3105	139.611.790,12	43.059.805,08	94.589.363,35
Termos de Outorga - Projetos	351	347	328	109.106.308,38	7.932.313,16	24.606.874,13
Contratos	15	37	19	23.330.436,18	3.143.682,19	4.672.752,28
Total	2852	1076	3484	292.033.450,09	54.556.012,77	126.157.874,18

Fonte:

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídos.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídos.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Do valor de convênios, no exercício, R\$ 375.212,34 refere-se à descentralização para as Universidades Estaduais.

QUADRO 8 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	01
Em andamento ⁽²⁾	01
Concluídas ⁽³⁾	22

Fonte: FAPESB

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares – Não ocorrência.

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias			
Processos administrativos disciplinares			

Fonte: FAPESB

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

TABELA 14 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	R\$ 47.559,93	R\$ 66.158,61	R\$ 73.588,89	R\$ 40.129,65
Bens permanentes	R\$ 16.935.162,50	R\$ 17.797,79	R\$ 0,02	R\$ 16.953.142,27
Total	R\$ 165.982.722,43	R\$ 83.956,40	R\$ 73.588,91	R\$ 16.993.271,92

Fonte: SIMPAS, FIPLAN

TABELA 15 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário - Não se aplica

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte:

QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo – Não ocorrência

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes – Não ocorrência

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL

Solicitamos concurso público às instâncias deliberativas do Estado, através dos processos: 0200150219018, 0200150088800, OF. DIREG n°. 076/2015, 391/2015. A Fundação possui 01 (um) REDA, 04 (quatro) servidores permanentes e 44 (quarenta e quatro) cargos comissionados, sendo 04 (quatro) deles destinados aos diretores, 01 (um) à procuradora jurídica e 03 (três) bloqueados. Solicitamos desbloqueio através dos OF. DIREG n°. 031/2016, 173/2016 e 174/2016. Os 36 (trinta e seis) cargos restantes estão distribuídos entre os coordenadores dos setores, técnicos, secretárias e motoristas.

Os serviços de segurança, limpeza, suporte e desenvolvimento de sistemas são prestados por profissionais de empresas terceirizadas, contratados através de processo licitatório.

A definição de uma carreira e quantitativo de pessoal dependem diretamente da política de pessoal do Governo do Estado, cabendo à Fapesb, como vem fazendo, se empenhar para mudar esta realidade.

TABELA 16 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2015	2016
Servidores da UJ		
Efetivos	4	3
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	0	0
Subtotal	4	3
Outros	0	0
REDA	2	1
De outros órgãos à disposição da UJ	6	4
Subtotal	8	5
Total	12	8

Fonte: Sistema Integrado de recursos Humanos – SIRH, Diário Oficial do Estado

TABELA 17 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2015	2016
Com vínculo	1	1
Sem vínculo	42	40
Total	43	41

Fonte: SIRH, Diário Oficial do Estado

TABELA 18 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2015	2016	
Servidores	4.041.631,00	3.961.351,20	-1,99%
REDA	262.329,50	54.282,03	-79,31%
Total	4.303.960,50	4.015.633,23	-6,70%

Fonte: FIPLAN

QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	4
REDA	0
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	0
Cargo comissionado	7
REDA	0
Disponibilização	
De outros órgãos	4
Para outros órgãos	0
Aposentadoria	1

Fonte: SIRH

6 CONTROLE INTERNO

A Fapesb utiliza internamente um sistema gerencial denominado SIGA - Sistema de Gestão e Apoio à Pesquisa, o qual possui em sua base de dados: os editais lançados pela Fundação; os instrumentos legais (com data da vigência, data da publicação, plano de aplicação, cronograma de desembolso); informação sobre pagamentos; aditivos; e prazos para prestação de contas financeira e técnica.

A Fapesb alimenta, utiliza e consulta os seguintes sistemas externos: FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças; GCC – Gestão de Contas de Consumo Público; SICONV – Sistemas de Convênios; Banco do Brasil; Portal da FINEP; Portal da Receita Federal – DCTF, IRPJ, SEFIP e INSS; Portal da Prefeitura – ISS; SEFAZ – ACPE – Apropriação de Custos Públicos FIPLAN; Mirante (TCE); Compras NET; SIMPAS – Controle de Compras e Almojarifado; SIAP – Sistema de Administração de Patrimônio; Folha de Pagamento – Sistema PRODEB; Lemotec – Passagens aéreas; SIP – Sistema de Protocolo; SISCT – Sistema de Informação de Ciência e Tecnologia em Saúde; Plataforma Carlos Chagas; Portal CAPES.

Diante das exigências da Legislação e de acordo com as recomendações do TCE, a Fundação vem aperfeiçoando seus controles, através:

- i. da criação de um planejamento orçamentário e financeiro de acordo com o PPA e LOA;
- ii. da escuta da Comunidade CT&I, das Câmaras de Assessoramento e Avaliação da FAPESB e do Governo, antes do lançamento de editais e chamadas públicas.
- iii. da existência de um trâmite interno para validação de editais e chamadas públicas pela Diretoria Especifica, Assessoria de Planejamento, Controle Interno, Programa de Bolsas, Setor de Convênios, Procuradoria Jurídica e Diretor Geral;
- iv. da avaliação de propostas submetidas aos editais e chamadas públicas por pesquisadores especialistas das diversas áreas do conhecimento vinculados a instituições de ensino, pesquisa e inovação de fora do estado da Bahia e de

- acordo com um Barema de avaliação, garantindo assim, impessoalidade ao processo;
- v. da verificação de adimplência e de adequação do plano de aplicação de recursos, antes da geração do Instrumento legal (Termo de Outorga, Convênio e Contratos), o qual é assinado e publicado no Diário Oficial do Estado.
 - vi. da liberação do recurso em parcelas, visando um melhor acompanhamento da execução dos projetos;
 - vii. da exigência da apresentação de prestação de contas técnica e financeira, parcial e final, bem como da liberação da parcela subsequente estar condicionada à aprovação da referida prestação de contas;
 - viii. da exigência de que qualquer alteração do plano de aplicação seja submetida à análise e aprovação da Fapesb;
 - ix. da realização de visitas técnicas periódicas, além de seminários parciais e finais, que possibilitam a divulgação dos projetos apoiados pela Fapesb para o público externo e funcionam como uma prestação de contas à sociedade dos projetos realizados pelos pesquisadores com os recursos recebidos;
 - x. da avaliação pelo Controle Interno das prestações de contas financeiras (parciais e final) dos projetos;
 - xi. da avaliação de relatórios técnicos (parciais e final) dos projetos são avaliados, quanto ao mérito, pelas Câmaras de Assessoramento e Avaliação da Fapesb e pela Fundação;
 - xii. da prestação de contas aos entes parceiros nos casos de recursos provenientes de convênios de captação;
 - xiii. da suspensão do pagamento mensal de bolsa, na situação de não entrega do relatório técnico parcial pelo bolsista no prazo estabelecido pela Fapesb;
 - xiv. do procedimento, em casos de inadimplência, da cobrança da prestação de contas através de e-mail e carta registrada para o beneficiário com cópia para o representante máximo da sua instituição de vínculo. Se mesmo assim, o mesmo não regularizar a sua situação, instauramos Tomada de Contas e abrimos ação de cobrança judicial.
 - xv. da exigência da alimentação constante dos bancos de dados da Fapesb pelos seus técnicos da Fapesb, lançando as informações nos diversos sistemas utilizados com cuidado e fidedignidade.

xvi. do empenho da Fapesb para cumprir os prazos estabelecidos em lei. A Fundação realizou algumas Tomadas de Contas e solicitou a devolução de recursos através de ação de cobrança judicial. A maior dificuldade enfrentada deve-se à especificidade da Fundação e à falta de quadro efetivo para nomeação da comissão para instauração de Tomada de Contas, além da falta de um Manual de Procedimento de Tomada de Contas regulamentado pelo estado da Bahia.

QUADRO 13 - Trabalhos de auditoria/inspeção realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção

Fonte:

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 14 – Determinações/recomendações exaradas pelo TCE/BA

Determinações/recomendações ⁽¹⁾	Ações adotadas	Justificativa ⁽²⁾
Processo TCE n.º 11413/2015		
Determinar ao atual gestor da FAPESB que: a) no prazo de 60 dias, procedo à instauração das Tomadas de Contas relacionadas aos Contratos de Subvenção Econômica CTR/012/2008, CTR/013/2008, CTR/019/2008, CTR/004/2011, CTR/039/2010, CTR/053/2010 e CTR/057/2010, CTR/0010/2008, CTR/0047/2010, CTR/0013/2011, CTR/023/2011, CTR/0011/2013, CTR/0014/2012 e CTR/0017/2012, mencionados no item 7.2.1 e anexo 2 (43/45) do Relatório de Auditoria; b) no prazo de 15 dias, providencie o encaminhamento da prestação de contas do Termo n.º PPP/015/2011 a esse TCE, na forma do art. 10 da Resolução Normativa TCE n.º 144/2013, visando à autuação e ao julgamento pela 2ª Câmara desse Tribunal .	<ul style="list-style-type: none"> • CTR0012/2008, CTR0039/2010, CTR0053/2010, CTR0057/2010, CTR0010/2008, CTR0047/2010, CTR0013/2011, CTR0023/2011, CTR0011/2013, CTR0017/2012 – Fizemos Tomada de Contas. • CTR0013/2008 – Não fizemos a Tomada de Contas, pois o Coordenador do projeto apresentou a prestação de contas. • CTR0019/2008 – Não fizemos a Tomada de Contas, pois o Coordenador do projeto apresentou a prestação de contas. • CTR0004/2011 – Não fizemos a Tomada de Contas, pois não repassamos recurso para a Empresa Contratada, o instrumento foi firmado com a intenção da CAPES repassar o recurso para os bolsistas vinculados ao Contrato, o que não ocorreu. Assim, não há obrigatoriedade da prestação de contas. • CTR0014/2012 - Não fizemos a Tomada de Contas, pois o Coordenador do projeto apresentou a prestação de contas, analisamos a documentação e enviamos o OF SCI n.º 1171/2016, solicitando regularização. • PPP0015/2011 – Encaminhamos ao TCE os processos n.ºs 1431110052000, 1431110050636, 1431120005558, 1431120005531, 1431120005540, 1431120066433, 1431110051264, 1431130006951 (Volume I e II), 1431130006960, 1431130016256, 1431130020970 e 1431160016854. Vale ressaltar que o outorgado prestou contas de parte dos recursos recebidos na primeira parcela e que o pesquisador faleceu. 	
Recomendar ao atual gestor da FAPESB que: a) sejam adotadas as medidas administrativas necessárias para que sejam aprimorados os instrumentos de controle interno da entidade, a fim de assegurar a adoção de medidas tempestivas nos casos em que as prestações de contas relativas a ternos de outorga e outros instrumentos de repasse não sejam encaminhadas no prazo legal; b) continue evidando esforços no sentido de ver regularizada a situação do quadro da entidade, com a criação e provimento de cargos efetivos.	<ul style="list-style-type: none"> • estamos tomando todas as medidas legais cabíveis com relação aos Instrumentos Legais. Reconhecemos que há atrasos, mas que ocorre por fatores que transcendem a atuação dos seus gestores. O elemento determinante para os atrasos refere-se à insuficiência de pessoal para analisar o grande volume de processos dentro dos prazos legais e com o cuidado e retidão que se requer; • a Fapesb vem se empenhando para cumprir com os prazos estabelecidos por lei, a dificuldade que temos enfrentado é devido a especificidade da Fundação; • a partir de cientificação deste Egrégio Tribunal de Contas, a Fundação vem se empenhando para a contínua melhoria nos controles internos; • solicitamos concurso público às instâncias deliberativas do Estado, através dos processos: 0200150219018, 0200150088800, OF. DIREG n.º 076/2015, 391/2015. A Fundação possui 01 (um) REDA, 04 (quatro) servidores permanentes e 44 (quarenta e quatro) cargos comissionados, sendo 04 (quatro) deles destinados aos diretores, 01 (um) à procuradora jurídica e 03 (três) bloqueados. Solicitamos desbloqueio através dos OF. DIREG n.ºs 031/2016, 173/2016 e 174/2016. Os 36 (trinta e seis) cargos restantes estão distribuídos entre os coordenadores dos setores, técnicos, secretárias e motoristas. • a definição de uma carreira e quantitativo de pessoal dependem diretamente da política de pessoal do Governo do Estado, cabendo à FAPESB, como vem fazendo, se empenhar para mudar esta realidade. 	
Processo TCE n.º		

Fonte: Resolução n.º 111/2016

(1) Listar apenas as determinações/recomendações do Tribunal Pleno do TCE/BA referentes a processos de prestações de contas anuais e auditorias tempestivas.

(2) Justificar caso não tenha sido adotada nenhuma ação.

QUADRO 15 – Outras auditorias realizadas

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria			

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ Indicar o número ou nome do relatório.

Salvador, 21 de fevereiro de 2017.